

## 5

### Conclusão

Os versos de Chico Buarque que servem de epígrafe para esta pesquisa remetem ao linguajar dos jornais. Frases como “agonizou no meio do passeio público” ou “morreu na contramão atrapalhando o tráfego” parecem extraídas de uma notícia real. Perguntei por e-mail ao compositor se, na sua cabeça, a história do operário de “Construção” era uma queda ou um pulo. “É deliberadamente ambíguo”, Chico respondeu. A despedida algo cerimoniosa da mulher, a ebriedade dos últimos momentos, o corpo estatelado no chão, todas estas imagens compõem este quadro de ambigüidade deliberada. Na imprensa brasileira, a tensão notícia espetacular X temor de contaminação é quase a regra quando o assunto é suicídio.

Esta tensão e os efeitos colaterais – o vazio, a sombra, a ausência de explicação, a omissão, a evasiva, o eufemismo – que a seu modo negam um túmulo ao morto chamam a atenção exatamente porque se chocam com uma das condições *sine qua non* do jornalismo: a clareza. Benjamin, ao analisar a obra de Nikolai Leskov em *O narrador* [1936], é bem claro quanto a isso ao contrapor a *secura* racionalista da informação (e do romance, posto que para ele ambos nascem da mesma procura burguesa pelo sentido, real ou ficcional) às antigas e exuberantes formas narrativas advindas da experiência coletiva. Ele lembra uma definição de notícia feita pelo fundador do *Figaro*, Villemessant (“Para meus leitores, o incêndio num sótão do Quartier Latin é mais importante que uma revolução em Madri”), para mostrar como, na imprensa, o longe (seja espacial seja temporal) perde para o próximo como fonte da sabedoria porque não é passível de comprovação.

A informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível “em si e para si”. Muitas vezes não é mais exata que os relatos antigos. Porém, enquanto esses relatos recorriam freqüentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível. Nisso ela é

incompatível com o espírito da narrativa. (BENJAMIN, 1996, p. 203).

O suicídio pode, sim, ser uma notícia espetacular, naquilo que uma notícia tem de igualmente essencial: o inesperado, a ruptura de uma “ordem natural” das coisas. Neste sentido, enquadra-se na leitura que Roland Barthes fez dos *fait divers* (fato diverso, isto é, desastres, acidentes, mortes etc.). Para o semiólogo francês, eles seriam a parcela do noticiário que escapa à politização<sup>94</sup>: são eventos que, ao menos na aparência, se fecham “em si e para si”, se esgotam em seus próprios enunciados, não têm contexto exterior – são uma informação calada. O interesse por eles surge da lógica relacional de seus termos: “Estilista é encontrado morto em seu apartamento” atrai a atenção do leitor pelos termos inesperados. No processo, o *fait divers* se reaproxima do romance, qual os relatos sobre suicídios publicados nos jornais ingleses do século XVIII. Carlos Henrique de Escobar ao analisar as relações entre comunicação e *fait divers* a partir de Barthes propõe, no caso das notícias policiais, uma reflexão válida também para o suicídio:

Outro tipo de *fait divers* dentro deste plano de “inexplicabilidade” é aquele que expressa o crime misterioso. Este *fait divers* é fecundo pela sua riqueza e pelo poder de implicação simbólica que tem com a cultura. Ele tem níveis e às vezes desprende implicações filosóficas especiais no entender do homem, da morte, da sua procura intensa de uma causa. (...) O próprio Barthes (*que*) enfatiza esta suspeita de que “se os acontecimentos se repetem é porque eles querem significar”, de certa forma assopra no interior de todas as crenças, o que nos leva a sentir a importância dessa espécie de *fait divers*, e isso não apenas no interior contemporâneo do sistema de imprensa, mas no *fait divers* de todos os tempos. (s/d; p. 115-117).

Da outra ponta do cabo-de-guerra, o discreto tratamento do tema suicídio pela imprensa mal esconde o temor disseminado de que noticiar um possa conduzir a outro. Daí a necessidade de fazer cada caso aparentar ser único, isolado, fechado, fruto amargo de uma perturbação pessoal. Transplantar a morte voluntária da categoria dos *fait divers* (Amaury Veras, por exemplo) para a das

---

<sup>94</sup> Tal definição remete à que Barthes faz dos mitos: “O mito é uma fábula despolitizada” (*Mitologias*; p. 163). No entanto, é uma fala despolitizada que pode ser falada politicamente.

informações políticas (Getúlio Vargas) implica promovê-la à categoria dos enunciados que não se esgotam em si e que se relacionam com o resto da vida, numa grande narrativa.

Mesmo aqueles que, na nossa sociedade, estão destacados para batalhar na linha de frente contra a morte, os médicos, não têm com ela uma relação fácil só porque a testemunham todos os dias. A morte de cada paciente é sentida pela classe como um atestado de fracasso profissional, pois os seus conhecimentos e esforços não foram suficientes para manter o paciente vivo – mas não só isso. Nas palavras de Sérgio Zaidhaft em *Morte e formação médica*, “a necessidade é a de triunfar sobre a morte, de negar sua própria mortalidade. Esta crença em sua imortalidade é que é abalada a cada morte de paciente” (1990, p. 21). Cabe aos psiquiatras, aliás, prevenir o suicídio e identificar os componentes suicidas em pacientes, mesmo os politraumatizados e os terminais. É como se a ciência médica acreditasse, como a religião, que cada morte tem a sua hora.

Se uma morte natural ou acidental já causa um desconforto nos circunstantes, estejam eles profissionalmente preparados ou não (Zaidhaft discute longamente o mecanismo psicológico de distanciamento e defesa que faz o médico negar-se a própria vida a fim de negar-se também a própria morte), uma morte voluntária é ainda pior. Defensor radical da racionalidade do ato suicida, o filósofo argentino Julio Cabrera lembra as “três entidades burocráticas” que oficialmente sabem da vida e da morte na nossa sociedade: a Igreja, a Justiça e a Medicina. Como vimos, as duas primeiras condenam o suicídio como ofensa a Deus e como crime contra si próprio. Para Cabrera, a terceira reproduz em seu jargão a mesma idéia de que a vida e a morte não fazem parte do patrimônio de cada pessoa, mas da sociedade.

Os médicos costumam dizer de alguém que se suicida que ele estava “fora de si mesmo”, ou que “não era ele mesmo” quando fez aquilo, que se “tivesse se recuperado” não teria chegado a tal ato. Nessa formulação, nega-se ao suicida a possibilidade dele ser “dono” da sua morte, sujeito dela. (...) O suicida desafia essas supervisões institucionalizadas da vida, e cai na dupla condenação de “doente” e “subversivo”. (CABRERA, 1990, p. 41).

A imprensa, como tomadora de linguagens emprestadas, retransmite a desqualificação da morte voluntária como ímpia, ilegítima ou doentia para outros

setores da sociedade. Vem daí o mal-estar que cerca o tema. Ele se mostra, por exemplo, quando Jean-Claude Bernardet vai assistir a um filme de Abbas Kiarostami e escreve, a propósito das táticas de envolvimento do cineasta iraniano: “Se eu tivesse entrado no cinema sabendo de antemão que o projeto do senhor Badii era o suicídio, não teria alcançado uma relação tão intensa e perturbadora com *O gosto de cereja*” (BERNARDET, 2004, p. 54). Por quê? Porque a bem-sucedida humanização do personagem estabelece entre ele e o espectador uma sólida identificação secundária, para além de qualquer pré-conceito em relação ao seu gesto.

O que incomoda em Kiarostami é o seu realismo. Não o “realismo reflexo” de que fala Ortiz em *A moderna tradição brasileira*, aquele que “reforça as demandas subjacentes às exigências do espectador” pois “‘cola’ à realidade já preexistente. É a falta de distância que lhe retira o caráter reflexivo” (2001, p. 173). Este é o realismo da indústria cultural e do jornal, o que “procura consagrar uma única versão da realidade, eliminando qualquer tipo de reflexão sobre ela” (*idem*). Já o realismo de Kiarostami – e o de Eisenstein, mencionado por Ortiz a partir de Bazin – é como o do chamado neo-realismo italiano, cujos filmes:

Propunham uma leitura social que necessariamente implicava o distanciamento do espectador em relação à sua posição atual. O real mostrado na tela deslocava a atenção do público, colocando-o na situação incômoda de ter ou não que tomar partido (e não simplesmente gostar ou desgostar) sobre o que lhe era proposto. (ORTIZ, 2001, p. 73).

Dentro de cada um dos textos sobre casos de suicídio que consegue atingir as páginas esta mesma tensão entre a espetaculosidade (sua atração para o jornalista-leitor) e a subversão existencial da notícia (sua repulsa) é mantida. Eles são mantidos longe da reflexão, fechados “em si e para si”, numa situação cômoda. São inúmeros os recursos para desviar o assunto, dentro da estratégia do *fait divers*: aqui, o homem-bomba que mal é mencionado; ali, o pai que colecionava armas; acolá, a suspeita persistente que a morte do estilista foi por homicídio (pouco importa, aqui, se esta hipótese afinal vier a ser comprovada).

Sendo tributária da imprensa americana, inclusive na adoção da técnica do *lead*, virtualmente inexistente na Europa, não é surpreendente que nos EUA se verifique mais ou menos a mesma queda pela ambigüidade, conforme foi visto no

relato de Tad Friend sobre as pessoas que saltaram da Golden Gate. Parece lógico, não? Se noticiar suicídios os multiplica, calar sobre eles é uma forma de reduzi-los. Será? Num artigo publicado no *site* Poynteronline (cujo *slogan* é “tudo o que você precisa saber para ser um jornalista melhor”), a radialista americana Cindi E. Deutschman-Ruiz, conquanto recaia em alguns clichês, discorda disso. Ela chama a atenção para a impressionante estatística de que 30 mil pessoas se matam anualmente nos EUA e que outras 500 mil dão entrada em salas de emergência depois de uma tentativa de suicídio<sup>95</sup>.

A mídia reflete essas realidades? Geralmente não. Em vez disso, a cobertura tende a se deter numa erupção de suicídios numa universidade; num estudo que encontra evidência de tendências familiares em relação ao suicídio; ou em proeminentes e bem-sucedidos doutores, atores, escritores e empresários que se matam.

E em alguns casos, nós criamos regras escritas ou não-escritas para não cobrirmos suicídios por causa do medo de inspirar imitadores. Suicídios por imitação são um problema real, mas especialistas em suicídio geralmente concordam que não se trata de questionar se a mídia deve cobrir suicídios, mas como o fazemos.

Estimando-se pelo noticiário, seria fácil concluir que o suicídio é raro, e não um problema de saúde pública disseminado e atual. Como jornalistas, nós adoramos nos criticar por supercobrir o homicídio. Por que não encaramos nossa subcobertura do suicídio? (DEUTSCHMAN-RUIZ, 2003).<sup>96</sup>

O ponto central da argumentação que Cindi desenvolve a seguir, porém, é o de que o suicídio deve ser enquadrado dentro do contexto de um problema de

---

<sup>95</sup> Estes dados não devem ser nem menosprezados nem superestimados. Embora em números absolutos os EUA ocupem o quarto lugar no ranking mundial de suicídios (atrás de China, Índia e Rússia), eles caem para 38º lugar quando se considera a taxa por 100 mil habitantes. Segundo esta, os países com mais suicidas são, pela ordem, Lituânia (com 42 por 100 mil), Estônia, Rússia, Letônia, Hungria, Sri Lanka, Kazaquistão, Bielo-Rússia, Eslovênia e Finlândia. Os números são da Organização Mundial de Saúde.

<sup>96</sup> Does media coverage reflect these realities? Generally not. Instead, coverage tends to focus on a rash of suicides at a university; a study that finds evidence of family tendencies toward suicide; or the prominent, successful doctors, actors, writers, or business people who kill themselves. And in some cases, we create written or unwritten rules not to cover suicide out of fear of inspiring copycats. Copycat suicides are a real problem, but suicide experts generally agree that it's not a question of whether media should cover suicide, but how we do so. Gauging from the news, it would be easy to conclude that suicide is rare, rather than a widespread and ongoing public health problem. As journalists, we're fond of criticizing ourselves for over-covering homicide. Why do we fail to address our under-coverage of suicide?

saúde mental – falácia que já desmentida por Durkheim mais de um século antes. Seja como for, ela não se furta a criar as próprias regras de como cobrir suicídios.

A primeira regra, “o suicídio nunca é o resultado de um único incidente”, busca aprofundar a compreensão do ato, normalmente associado a uma grave depressão – o que condiz com o que escreveu o jornalista Ian Thomson, biógrafo de Primo Levi. A segunda, “detalhes do método ou da locação usada pelo suicida podem levar a suicídios por imitação”, sugere que o repórter seja cautelosamente genérico – o que está em acordo com os procedimentos prescritos no *Manual de redação e estilo* do *Globo*. A terceira, “é vital usar estatísticas e informação sobre saúde mental muito cuidadosamente”, visa a não-associação automática entre o suicídio e uma patologia – o que objetiva as preocupações da própria Cindi. A quarta, “a cobertura de suicídio é uma oportunidade de fornecer ao público informações e recursos que podem salvar vidas”, fortalece a mídia prestadora de serviços – o que ecoa a experiência de Otavio Frias Filho no CVV.

Como é altamente improvável que Cindi, Thomson, Luiz Garcia e Frias Filho tenham algum dia se encontrado (e nem mesmo lido uns aos outros) para deliberar e chegar basicamente às mesmas conclusões quanto ao melhor modo de abordar o tema, é razoável supor que suas opiniões e ações reflitam, se não o “bom senso” mencionado por Rodolfo Fernandes, um senso comum. Ou, para usar as palavras de Alexis de Tocqueville sobre os americanos, uma religião “menos como doutrina revelada do que como opinião comum”.

Todavia, esta opinião não pode ser entendida como comum apenas aos profissionais das redações, posto que isto transformaria a comunicação num circuito fechado e de mão única. Este senso deve ser comum entre estes jornalistas (e seus colegas) e os leitores (das sociedades cristãs ocidentais a quem os primeiros se dirigem e dos quais saem os próprios jornalistas). Uns não existem, ou, como quer Alsina, não sabem sem os outros. Conferir à imprensa o poder absoluto sobre o processo de comunicação é ignorar as complexas redes de poder e contrapoder dentro de cada sociedade. Por conta tanto de pesquisas qualitativas diárias quanto da facilidade de interação imediata com os jornais pelo correio eletrônico, ou ainda da feroz competição entre empresas que sobrevivem do gosto do leitor, nunca as redações ficaram tão expostas e sensíveis ao mundo fora delas quanto hoje.

Philip J. Stone coloca cristalinamente a questão da interação entre a linguagem individual (e, poderíamos acrescentar, crença individual) e o ambiente social que a molda quando escreve sobre o pressuposto fundamental da inferência, entendida por ele como a *raison d'être* da análise de conteúdo:

As palavras não apenas refletem a “significação do que imaginamos como sua natureza” mas “também contêm a significação da natureza, disposição e interesse daquele que fala”. A “disposição e interesse” de quem fala refletem em parte as pressões da situação social geral, que podem condicionar o tópico em discussão e engendrar a necessidade de atingir um efeito determinado sobre os demais. A “natureza de quem fala” inclui características de personalidade e estilos de expressão, derivados em parte da experiência passada do indivíduo na família, vizinhança, escola e trabalho. (STONE, in: COHN: 1978, p. 318).<sup>97</sup>

Portanto, a partir do exposto acima, é ainda mais razoável supor que o procedimento recalcado da imprensa frente ao suicídio reflita o mal-estar de toda a nossa sociedade diante da morte voluntária. Porque, mais do que os próprios jornalistas, os suicídios levantam questões demais. Questões perturbadoras demais, como aquela proposta por Camus. “Julgar se a vida merece ou não ser vivida”, contudo, não é tão-somente “responder a uma questão fundamental da filosofia”. É ter de admitir que, para um número considerável e crescente de pessoas, a resposta é não. E ainda ter de aprender a conviver com isso. Daí a milenar satanização ou criminalização da figura do suicida, daí o *wishful thinking* de que apenas uma pessoa sem a posse da sua saúde mental pode cogitar tirar a própria vida.

Não é bem assim. Nem mesmo a depressão profunda é uma explicação universal e mecânica para todo suicídio, até porque uma pessoa em depressão profunda não tem ânimo ou forças nem para se matar. Outra maneira de recolocar

---

<sup>97</sup> Refere-se a Hobbes, no *Leviatã*, que usa como epígrafe de seu artigo: “Quando imaginamos as mesmas coisas de maneira diferente, muito dificilmente deixamos de nomeá-las de modo diverso. Apesar de ser a mesma a natureza do que imaginamos, a diversidade de nossa percepção do objeto, devido a diferentes constituições do corpo e devido a preconceitos de opinião, confere a cada coisa o cunho de nossas diversas paixões. E, por esse motivo, um homem deve ter cautela com as palavras quando raciocina; isto porque, além da significação do que imaginamos como sua natureza, as palavras também contêm a significação da natureza, disposição e interesse daquele que fala”.

o “duplo aspecto” da loucura e da doença mental é feita por Maurice Halbwacs, sobrinho de Durkheim, em *Les causes du suicide* [1930]:

São perturbações orgânicas tratadas pela psiquiatria. Mas, ao mesmo tempo, toda doença mental é um homem que não está mais adaptado ao seu meio. Uma doença mental é um elemento de desequilíbrio social. (...) É um fato social que deve ser explicado por causas sociais. (HALBWACS, 2002, p. 382-383).<sup>98</sup>

Nisso, ele está de plano acordo com o tio, cuja uso da análise estatística para provar suas teorias foi considerado notável. Como frisa Matilda White Riley, o interesse de Durkheim pelos aspectos sociais do suicídio – e não pelas razões individuais pelas quais alguém comete e outro alguém não comete suicídio – é consistente com sua visão de sociólogo, não de psicólogo – ao mesmo tempo em que não subestima o indivíduo em seu papel na sociedade. Porque é o desequilíbrio social que se manifesta de modo estatístico: “O suicídio anômico tende a crescer conforme as normas do grupo e os controles sociais entram em colapso e o suicídio egoísta tende a crescer conforme as normas prescrevam um excessivo afastamento do indivíduo do grupo” (RILEY, 1963, p. 413).

A presente tentativa de se tentar entender como jornalistas fazem para lidar com a idéia do suicídio – alheio – como fato social, em seu dia-a-dia, nasceu da dúvida que, variadas vezes, acometeu-me dentro das redações do *Jornal do Brasil* e do *Globo*: qual a razão para sermos tão lacônicos sobre as mortes voluntárias, para sepultá-las sob eufemismos como “as causas da morte não foram divulgadas” ou “acidente com arma de fogo”? Isso é mera invenção nossa ou reflete, como nós temos a pretensão de que as páginas reflitam, algo que nos suplanta?

Ao cabo da pesquisa, entendi que o silêncio era menor do que eu supunha e, mais até que ele, me incomodava o tom das palavras, a desqualificação do suicida como fanático religioso, criminoso ou louco. Tudo isso, como escreveu José Carlos Rodrigues, “não se explica apenas porque o suicídio seja um desafio ao poder, mas também porque todo *verdadeiro* desafio ao poder seja de natureza suicidária (p. 282)” Admito que, volta e meia, minhas palavras em relação àqueles

---

<sup>98</sup> Ce sont des troubles organiques qui relèvent de la psychiatrie. Mais, em même temps, tout malade mental est un homme qui n’est plus adapté à son milieu. Une maladie mentale est un élément de déséquilibre social. (...) C’est un fait social, qui doit s’expliquer par des causes sociales.



que se mataram, recusando-se a lhes pespegar os estigmas tradicionais, possam ter soado como apologia ao suicídio. Em absoluto. Isso seria tão inútil quanto fazer a apologia da vida. O que me parece necessário é encará-los, ambos, de frente. Recorro aqui, uma última vez, a Rodrigues, quando diz que as mortes voluntárias:

São um imenso clamor pelo direito à felicidade, uma demonstração, por um gesto irrecusável, de que a vida tal como é não merece mais que a ela se esteja ligado. São uma escandalosa afirmação do direito à liberdade e à dignidade, afirmação que o opróbrio lançado contra o suicida e seus próximos tenta anular. (...) Além de dramas pessoais, estes dados podem nos permitir supor que, embora de modo desorganizado e privado, muitos transgrediram o tabu da morte em busca da liberdade. (RODRIGUES, 1983, p. 282).